

Habitação

Enízio Antonio Tomás

Ezequiel Fernando Guimarães

Nelson Alves

São Paulo

2014

Introdução



A cidade de São Paulo é uma cidade de desigualdade. De um lado a cidade “legal”: de acordo com as normas, bem planejada, bem equipada e de outro a cidade “irregular”, clandestina, com habitações precárias e sub-humanas.

Motivados a entender a desigualdade na Habitação neste importante metrópole, o grupo procurou entender melhor este assunto.



VER

A habitação na cidade de São Paulo e também nos distritos desta grande metrópole é um grave problema social para a parcela mais carente da população, as famílias de baixa renda que ganham até três salários mínimos.

Governo Federal

No portal da Caixa Econômica Federal, o Minha Casa Minha Vida é apresentado como um programa de governo que tem transformado o sonho da casa própria em realidade para muitas famílias brasileiras. Em geral, o Programa acontece em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos.

Se você tem renda bruta de até R\$ 5.000,00, o Programa oferece algumas facilidades, como, por exemplo, descontos, subsídios e redução do valor de seguros habitacionais.

O Governo Federal tem o Programa Minha Casa Minha Vida, mas não está acessível a estas famílias, pois tem a sua renda inferior a cinco salários mínimos. Desta forma não tem um projeto social do governo que atenda esta faixa salarial de renda. O Programa Minha Casa Minha Vida só atende a baixa renda na área rural, do pequeno produtor, com a sua propriedade regularizada, tendo um projeto padrão para todos de fazer casa até 60 m² com infraestrutura, eletricidade, hidráulica e aquecimento solar para o banheiro. Na área urbana de São Paulo, a sociedade tem a precariedade do sistema, as famílias se organizam, vão para as ruas fazer manifestações de repúdio. Há a necessidade de habitação de interesse social, mas a demanda é muito grande, se consegue financiamento para uma parte mais organizada mas não atende a outra, e os problemas continuam, as invasões de terras públicas e prédios públicos e abandonados com os impostos atrasados, com dívida ativa e inoperantes.

Como zerar esta demanda de habitação em São Paulo?

Os movimentos sociais organizam de uma forma bastante civilizada, fazendo reunião nas comunidades de forma organizada eles dão assessoria jurídica, social aos movimentos formando lideranças da própria comunidade, que sabem de perto a necessidade de cada uma das daquelas famílias que se inscreveram para ter uma casa, ou um apartamento, por que é muito pequeno com 48,00m², com as famílias de cinco pessoas se torna apertado, uma moradia digna, esta muito distante de ser

atendida por uma população de baixa renda, que recebe a faixa de três salários mínimos.

Governo Estadual

O Portal do Governo do Estado de São Paulo divulgou em 29/10/10 que o CDHU viabiliza participação de movimentos pró-moradia no Programa "Minha Casa Minha Vida"

Governo dará complementação de até R\$ 20 mil para a construção de imóveis

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) assinou na quinta-feira, 28, contrato com empresas de assistência técnica que vão assessorar mais de 55 entidades e movimentos de moradias na construção de imóveis populares no Estado de São Paulo.

O secretário da Habitação e presidente da CDHU, Lair Krähenbühl, destacou as iniciativas do Governo do Estado no auxílio às entidades e na produção de moradias populares. "As parcerias com as prefeituras e com os movimentos por moradia são as bases da política habitacional do Estado. Essas ações são pioneiras e vão servir de referência para outros Estados do Brasil", disse.

A ação faz parte do convênio entre o Governo do Estado e a CAIXA, que prevê auxílio da Secretaria da Habitação às entidades na elaboração dos projetos e a complementação, em até R\$ 20 mil reais por unidade, para viabilizar o "Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades" no Estado. "Sentimos a dificuldade das entidades na elaboração dos projetos. Esses recursos extras e a assessoria técnica do Governo do Estado vão facilitar o dia a dia desses movimentos", disse Euclides Tedesco, gerente regional da CAIXA.

Foram habilitadas na CDHU e no Ministério das Cidades 55 entidades para participar do programa. Cada uma das participantes pôde escolher a empresa de assistência técnica de sua preferência, entre as 17 previamente selecionadas por meio de edital da CDHU. Com a formalização da contratação, a elaboração dos projetos pode ter início imediato. Cerca de 120 associações e movimentos por moradia demonstraram interesse no programa. Em setembro, 12 delas passaram a integrar o programa com a escolha da assistência técnica.

Por meio do auxílio que será prestado pela CDHU, as entidades poderão conduzir os trabalhos para elaboração de descritivo de projeto com foco no público alvo, aprovação de projeto, memorial descritivo, registro de incorporação imobiliária e cumprimento de exigências do

Estado, da prefeitura e bombeiros, entre outros requisitos obrigatórios para aprovação da liberação do crédito adicional do Programa "Minha Casa Minha Vida" - Entidades. "Essa ajuda da Secretaria da Habitação vai agilizar os projetos e fazer que o Governo construa mais moradias. A habitação teve um avanço muito grande nos últimos anos em São Paulo", disse o presidente da Frente Paulista de Habitação Popular, Eugito Boaventura.

Caso tenha seu projeto aprovado, cada entidade receberá da CAIXA até R\$ 52 mil por unidade construída ou reformada. Outros R\$ 20 mil serão somados a este valor com verba da Secretaria de Estado da Habitação, aplicados pelo Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Com isso, as unidades podem chegar até o valor limite de R\$ 72 mil. "Com esse recurso extra poderemos trazer melhorias para as moradias, as famílias viverão com mais dignidade", disse Rosalvo Saligne, coordenador do Movimento Terra de Deus, Terra de Todos.

O aumento do orçamento das unidades habitacionais para R\$ 72 mil garante o atendimento prioritário de associações, cooperativas e entidades que apresentarem projetos nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, onde está concentrado o maior déficit habitacional do Estado. "Uma das condições para ter acesso ao recurso é que as moradias precisam estar inseridas à infraestrutura das cidades e próximas de aparelhos públicos como creches, escolas e postos de saúde", disse Lair Krähenbühl. A grande demanda por moradias nessas localidades elevava o preço dos terrenos, encarecendo o valor final de financiamentos, que acabava ficando superior aos recursos disponibilizados pela CAIXA.

Para que os projetos sejam aprovados pelo Programa "Minha Casa Minha Vida - Entidades" é obrigatório também que as moradias contemplem as diretrizes do Desenho Universal e possuam as melhorias do novo padrão construtivo da CDHU. Entre as vantagens estão a incorporação do terceiro dormitório, aquecedor solar e revestimento cerâmico. O cumprimento deste item também será assessorado pelas empresas contratadas pela Companhia.

A parceria entre a Secretaria da Habitação e CAIXA visa garantir a oferta de moradias para a população com menor renda. As entidades devem indicar beneficiários cuja renda familiar esteja entre zero e três salários mínimos mensais...

Segue relação das entidades habilitadas, separadas por cidades:

Americana

Cooperativa Nacional de Habitação e Construção

Bragança-Paulista

Grupo de Saúde Raios de Sol

Campinas

Associação do Conjunto Habitacional Sol Nascente

Associação do Conjunto Residencial São Pedro

Carapicuíba

Associação Kolping Santa Brígida

Cotia

União Habitacional Operária - Unihab

Governo Municipal

Pedro Aguerre no artigo "Balanço preliminar do ano político e os desafios da nova gestão municipal em São Paulo" publicado no final de 2012 relatou quanto a Habitação que im estudo feito pela Consultoria técnica de economia e orçamento da Câmara Municipal de São Paulo mostra que seriam necessários investimentos na faixa dos R\$ 120 bilhões, para eliminar os principais déficits nas áreas de habitação, saneamento, saúde e educação. O valor corresponde a mais de 25 vezes os R\$ 4,7 bilhões de recursos livres no orçamento de 2013 que podem ser remanejados para investimentos ao longo de um ano, quase um décimo do orçamento total, que atualmente é de R\$ 42 bilhões.



Se tomarmos o exemplo das deficiências habitacionais de São Paulo, da falta de moradia à habitação inadequada de famílias com renda de até seis salários mínimos, seria preciso dispor de R\$ 56 bilhões, segundo planos da Secretaria Municipal de Habitação até 2024. São 890 mil domicílios em déficit habitacional ao todo, considerando empreendimentos irregulares, loteamentos ilegais, favelas e cortiços, conforme a pasta. Hoje, seria necessário erguer 235 mil moradias, a um custo médio de R\$ 92.500 cada unidade, com terreno. Mas o desafio é ainda maior, pois, segundo o professor João Whitaker, do Laboratório de Habitação e Assentamento Urbano da USP *“esses dados podem estar subestimados”*: *“nós calculamos, por exemplo, diz ele, 500 mil pessoas vivendo em cortiços.”*

Plano Diretor

Principais pontos do Plano Diretor Estratégico em SP (<http://g1.globo.com>)

Vereadores aprovaram revisão do plano nesta segunda-feira (30).

Para entrar em vigor, lei precisa ser sancionada por prefeito.

A revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE) da cidade de São Paulo foi aprovada nesta segunda-feira (30 de junho de 2014), em segunda votação, pelos vereadores na Câmara Municipal. Para entrar em vigor, a lei precisa ser sancionada pelo prefeito Fernando Haddad (PT), autor da proposta original. O Plano Diretor, que é obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes, vai orientar o crescimento da cidade pelos próximos 16 anos. Além disso, a lei dá diretrizes para atualização de outras leis importantes, como a de Zoneamento, a de Uso e Ocupação do Solo e o Código de Edificações.

Conheça os principais pontos determinados pela revisão da lei publicadas no Diário Oficial" da Cidade:

Adensamento populacional

Grande parte da população vive atualmente nas periferias, longe dos eixos estruturais da cidade. O Plano prevê prédios com mais moradores (adensamento populacional vertical) em áreas próximas a estações de trem e de metrô, monotrilho, VLT (Veículo Leve sobre os Trilhos), VLP (Veículo Leve sobre os Pneus) e corredores de ônibus.

Zonas de interesse social

Novas Zeis (Zonas Especiais de Interesse Social) foram demarcadas em áreas centrais, como nos bairros da Santa Efigênia, Pari, Brás, Campus Elíseos, e Bela Vista, além de bairros como o Jabaquara, na Zona Sul, regiões bem localizadas da cidade, que ficarão reservadas para a população de até três salários mínimos. Cerca de dois mil ocupações de favelas e loteamentos deverão ser regularizadas.

Mobilidade: desestimular uso de carros

Desestimular o uso do transporte individual motorizado e integrar o transporte coletivo com meios não motorizados de transporte, como o uso de bicicletas em ciclovias.

Camelódromos

Implantação de mercados populares com áreas para o comércio ambulante em áreas de grande circulação de pedestres e nas proximidades das estações de trem, Metrô e terminais de ônibus.

Limitação de vagas

Hoje em dia, as vagas não são computadas como área edificada no pagamento da outorga onerosa. Com a nova lei, perto dos corredores urbanos ficará limitado o número de vagas nas garagens. Caso o edifício tenha mais de uma vaga por morador, será preciso pagar uma outorga onerosa por vaga adicional.

Restrição à altura de prédios

A altura dos prédios fica limitada até 8 andares no miolo dos bairros. Nos bairros onde a verticalização atingir mais da metade dos imóveis não haverá limites para altura. Já nas áreas próximas aos eixos de transporte público, os prédios poderão ter a altura de até quatro vezes a área do terreno em que forem construídos.

Cota de Solidariedade

Empreendimentos imobiliários que tiverem área construída igual ou superior a 20 mil m² terão que pagar uma compensação no valor de 10% do terreno utilizado. Esse dinheiro será destinado para a construção de moradias populares.

Prédios de uso comercial e residencial

Está prevista a diversificação da produção imobiliária na produção dos lotes da iniciativa privada com a instalação de fachadas ativas. Com isso, espera-se uso

compartilhado dos térreos dos edifícios e uma convivência entre os espaços públicos e privados (residenciais ou não-residenciais). Os espaços livres, calçadas e áreas verdes devem ser ampliadas nessas áreas.

Retrofit

No caso de demolição ou reforma de edificação existente para construção de moradia popular é permitido o reaproveitamento de parte da infraestrutura, respeitando a mesma volumetria do prédio antigo.

Recriação da Zona Rural

Após 12 anos de extinção, a Zona Rural, localizada no extremo-sul da cidade, será recriada e abrangerá 25% do território da cidade. O objetivo é conter a expansão horizontal da cidade e proteger o que resta do cinturão verde, além de criar emprego e renda com atividades que garantam a preservação do meio ambiente, como a agricultura orgânica e o ecoturismo.

Déficit Habitacional

Com o objetivo de reduzir o déficit habitacional, o número de Zeis (Zonas Especiais de Interesse Social), destinadas à produção de moradia para famílias de baixa renda, serão ampliadas em 117% em relação ao Plano vigente.

Preservação Ambiental

Serão ampliadas as Zepams (Zonas Especiais de Proteção Ambiental) para a construção de 164 novos parques públicos, que se somarão aos 105 existentes.

Fundo para parques

Será criado o Fundo Municipal dos Parques, destinado exclusivamente à aquisição de áreas e viabilizar a implantação de parques na cidade. O objetivo é um financiamento coletivo para captar recursos tanto da Prefeitura quanto do setor privado e da população. O fundo terá contas específicas para cada parque e para cada real doado a Prefeitura destinará o mesmo valor, que sairá do Fema, Fundo Municipal do Meio Ambiente.

Recursos para mobilidade

Pelo menos 30% dos recursos do Fundurb (Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano), que possui repasses da outorga onerosa, contrapartida em que os

empreendimentos pagam para construir, será destinado ao sistema de mobilidade da cidade, como no transporte coletivo, cicloviário e de pedestres.

Imóveis vazios

Imóveis desocupados próximos às zonas destinadas a moradias populares e nos eixos de mobilidade, como nas marginais e nos corredores de trem, ônibus e metrô, terão IPTU mais caro para evitar que o imóvel fique ocioso ou subutilizado, ou ainda que o proprietário o utilize apenas para especulação imobiliária. O objetivo é baixar o preço dos terrenos, aumentar a produção habitacional e estimular a economia da cidade.

Criação do 'território cultural'

Será criado um território cultural que liga o Centro à Avenida Paulista. A área demarcada concentra um grande número de espaços culturais que podem ser enquadrados com ZEPEC APC (zonas especiais de preservação cultural), cujo objetivo é resguardar locais com importância para a cultura da cidade, evitando seu fechamento.

Planejamento Urbano

O Plano Diretor vai orientar a elaboração de outras leis voltadas ao planejamento urbano municipal, como a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, os Planos Regionais, o código de Obras e Edificações e Leis Urbanísticas Específicas.

Desenvolvimento econômico

Foram demarcados como polos estratégicos de desenvolvimento econômico setores situados em regiões com baixo índice de emprego e grande concentração populacional, com potencial de implantação de atividades econômicas. Ficam definidos os seguintes polos estratégicos de desenvolvimento econômico: **Polo Leste:** corresponde as regiões do Arco Leste e Arco Jacu-Pêssego, **Polo Sul:** engloba a região da Avenida Cupecê e Arco Jurubatuba, **Polo Noroeste:** região da Avenida Raimundo Pereira de Magalhães e rodovia Anhanguera, **Polo Norte:** área da Avenida Coronel Sezefredo Fagundes até a Marginal Tietê, **Polo Fernão Dias:** corresponde a área às margens da rodovia na Zona Norte da cidade.

Isenção fiscal

Para estimular a implantação de empresas em áreas com baixo índice de emprego, a Prefeitura vai conceder incentivos fiscais, como a isenção ou desconto no IPTU e ISS.

Ruas comerciais

Está prevista a qualificação urbanística das ruas comerciais que devem ser realizadas em parceria com a iniciativa privada, como reforma e alargamento das calçadas, enterramento da fiação aérea, sinalização visual, melhoria da iluminação pública e implantação de mobiliário urbano, em especial, banheiros públicos.

Novo Plano Diretor consolida desigualdades e especulação imobiliária

Comunicação - Mandato Toninho Vespoli | 30/06/2014

Hoje, 30 de junho, foi à segunda votação o projeto que estabelece a revisão do Plano Diretor da cidade de São Paulo. Na primeira, rejeitamos a proposta porque, apesar de reconhecer que ela traz alguns avanços em relação ao plano em vigor, seu eixo geral é um retrocesso, deixando a capital paulista novamente à mercê da especulação imobiliária e aprofundando a desigualdade social. Na tentativa de melhorar esse quadro, nosso mandato apresentou 25 emendas ao projeto. Algumas foram incorporadas, mas as mais importantes, que influenciariam muito na democratização da cidade e na diminuição das regalias concedidas às construtoras, ficaram de fora. Por essa razão votamos novamente contra a proposta.

Aqui destacamos os pontos que consideramos positivos e na sequência os problemáticos.

Pontos positivos

1) Questão indígena: reconhece na cidade as áreas que já estão homologadas como terra indígena e aquelas já delimitadas pela FUNAI e em processo de homologação no Ministério da Justiça.

2) Ampliação da macroárea de estruturação metropolitana na Zona Noroeste: possibilita o desenvolvimento na região Noroeste, aumentando a oferta de empregos, principalmente para as áreas da Rodovia Anhanguera e da Avenida Raimundo Pereira de Magalhães.

3) Criação da Cota de Solidariedade: amplia as condições para que haja moradia popular. Mesmo assim, há ressalvas que pontuamos abaixo.

4) Ampliação do número de ZEIS na cidade (Zonas Especiais de Interesse Social). Mas ainda assim, consideramos insuficientes e distantes das áreas com mais infraestrutura e transporte.

5) Criação de melhores condições para a ampliação das ciclovias na cidade.

6) Estabelecimento de mais garantias para preservar as áreas verdes.

Dentro desses avanços destacamos ainda aqueles que vieram de emendas propostas pelo nosso mandato:

1) Aumento da quantidade de ZEIS.

2) Colocamos barreiras para impedir que se burlasse a cota de solidariedade com a divisão de terrenos acima de 20 mil m². Antes, por exemplo, um empreendimento de 30 mil m², que deveria pagar a cota, poderia ser dividido em dois de 15 mil m², e a cota deixaria de existir.

3) Conseguimos garantir que áreas remanescentes de desapropriações nos eixos de mobilidade sejam destinadas a Habitação de Interesse Social.

4) Incluímos a implementação de territórios culturais em outras regiões da cidade além do Centro.

Pontos negativos

1) O plano não toca a questão da segregação social e espacial: a concentração maciça de Zeis continua na periferia.

2) O pagamento da cota de solidariedade pelas construtoras para empreendimentos acima de 20 mil m² passou a ser com dinheiro ou com terrenos e unidades habitacionais em qualquer lugar da macrozona. Com isso, o empreendedor preferirá pagar a cota com terrenos em áreas mais distantes, na periferia, onde a terra é mais barata. Além disso, a cota de solidariedade de 10% do valor do terreno do empreendimento é muito pouco para financiar moradias populares. Defendemos ainda que as construtoras que investissem nos eixos de mobilidade deveriam pagar a cota de solidariedade também nos eixos de mobilidade, e que o percentual da cota de solidariedade deveria aumentar de acordo com a distância em relação ao empreendimento.

3) O adensamento nos eixos de mobilidade (próximo a linhas de metrô/trem e corredores de ônibus) não virá acompanhado de um estudo de impacto sobre o transporte, meio ambiente, equipamentos públicos de saúde, educação, lazer, etc.

4) Além da falta do estudo de impacto do adensamento nos eixos de mobilidade, também não há um planejamento orçamentário para construir os equipamentos necessários nessas áreas.

5) Foi mantido o adensamento nos eixos de mobilidade nas áreas de manancial e na região nordeste da cidade (Região do Jardim Helena).

6) Foi reduzida a participação popular com a definição de ações importantes por meio de decreto, como o conteúdo do Plano de Infraestrutura Aeroviária e o alargamento de vias.

7) A redação do texto abriu brecha para a construção do aeródromo em Parelheiros.

Da forma como está colocado, o Plano Diretor consolida a segregação social em São Paulo, reservando as melhores áreas da cidade para quem tem dinheiro e deixando a população pobre ainda mais aglomerada nas periferias, sem infraestrutura e longe dos serviços públicos. Também inviabiliza a cidade no futuro em termos de mobilidade e qualidade de vida. Tudo isso para atender aos interesses dos especuladores imobiliários, que há tempos vêm determinando a ocupação da nossa cidade.

Entenda os principais avanços do Plano Diretor Estratégico

<http://cidadeaberta.org.br/entenda-questoes-importantes-do-plano-diretor-estrategico-2/>
- 29 de julho de 2014

O Plano Diretor, conjunto de diretrizes que vai orientar o crescimento da cidade pelos próximos 16 anos, do qual Nabil Bonduki foi relator, foi sancionado pelo prefeito Fernando Haddad em 31 de julho de 2014. Entenda questões importantes da lei.

Adensamento populacional nos eixos/cidade compacta

A construção de prédios altos na cidade, hoje dispersa, será reordenada, concentrando o adensamento construtivo e populacional ao longo dos eixos de transporte de massa. O plano propõe tornar a cidade mais “compacta”, com mais pessoas morando em áreas já urbanizadas, reduzindo desse modo, os deslocamentos, e aproximando moradia e emprego. Ao mesmo tempo, áreas mais periféricas receberão maior infraestrutura e emprego, com a implantação dos Pólos de Desenvolvimento Econômico, o que também contribuirá para melhorar a ofertas de serviços nessas regiões e reduzir os deslocamentos.

O processo de adensamento ao longo dos eixos somados ao desenho da malha de corredores de ônibus estruturados na cidade, que foram propostos pela prefeitura, e da construção de ciclovias, contribuirá para a racionalização do uso do automóvel.

Por outro lado, as zonas estritamente residenciais serão preservadas e haverá um limite de altura de 28 metros nos miolos dos bairros, evitando os espigões ao lado de sobrados e casas. Dessa forma, o Plano regulará a atuação do mercado imobiliário levando-o para a

onde a cidade deve crescer e desestimulando sua atuação onde existe saturação ou necessidade de preservação.

Coefficiente básico igual a 1 em toda a cidade

Luta histórica do Movimento pela Reforma Urbana, o Plano Diretor institui o coeficiente básico igual a 1 em toda a cidade onde pode haver construções. Ficam fora dessa regra, evidentemente, todas as áreas protegidas do ponto de vista ambiental e onde não deve haver construções, como na zona rural.

Essa é uma mudança importantíssima para ordenar o crescimento vertical da cidade, pois limita o direito de construir gratuitamente de cada proprietário a uma vez a área do lote. Ou seja, quem tem um lote de 500m² pode construir uma edificação de até 500m² de forma gratuita. Se quiser construir além disso, até o máximo estabelecido de 4 vezes a área do lote nos Eixos de Transformação Urbana e nas Zeis e de 2 vezes no restante da cidade deverá solicitar e pagar à prefeitura, que outorgará esse benefício de forma onerosa.

A outorga onerosa é empregada no Plano Diretor como instrumento urbanístico, variando de valor de acordo com o interesse público de crescimento da cidade. Pela proposta do Plano Diretor será mais cara no centro – que concentra ainda grande parte das atividades não residenciais da cidade – desestimulando a construção de imóveis comerciais, enquanto os residenciais serão barateados, principalmente para famílias com renda de 6 a 10 salários. E, será mais barata ou zerada para quem quiser construir imóveis comerciais em determinadas áreas da periferia, por exemplo.

Recriação da zona rural

Após 12 anos de extinção, a zona rural, no extremo-sul da cidade, foi recriada e abrangerá 25% do território paulistano. O objetivo é conter a expansão horizontal da cidade, impedindo a construção de novos bairros ou a implantação de atividades que induzirão a urbanização dessa região importantíssima para o equilíbrio ambiental de nossa cidade. O Plano propõe a criação de um Pólo de Desenvolvimento Rural Sustentável apoiado no estímulo à produção de alimentos orgânicos, no ecoturismo; enfim, em atividades que gerem emprego e renda sem devastar áreas verdes, matas e os mananciais de água.

Limite de vagas de garagens

A partir do plano diretor será possível construir edifícios sem previsão de vagas de garagem perto das estações de transporte coletivo e das áreas demarcadas como Eixos de Transformação Urbana, Será permitida sem cobrança extra uma vaga por unidade residencial e uma vaga para cada 100m² de área construída em empreendimentos não residenciais. Será cobrada a outorga onerosa para vagas além do estabelecido.

Essa medida, que altera a obrigatoriedade de vagas de garagem, inovadora no Brasil, é um passo fundamental para que haja uma mudança cultural em relação à dependência que temos dos deslocamentos com carro particular. Estimulando que se construam apartamentos menores e com menos vagas de garagem, o Plano aposta que essas áreas atrairão pessoas que não usam o carro no seu dia a dia.

Fachadas ativas

Os prédios, sejam estes residenciais ou não, que tiverem “fachada ativa”, ou seja, que oferecerem o térreo para a instalação de estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços e para atividades institucionais, receberão incentivos para construção. O objetivo é trazer vida para a cidade com a volta dos pedestres circulando em calçadas mais largas e seguras atraídos pelas múltiplas atividades oferecidas por estabelecimentos voltados para a rua.

Redução do déficit habitacional

Com o novo Plano Diretor, o número de Zeis (Zonas Especiais de Interesse Social), destinadas à produção de moradia para famílias de baixa renda, serão ampliadas em 117% em relação ao Plano vigente, criando a possibilidade de reduzir significativamente o déficit habitacional da cidade.

O novo plano altera o perfil de atendimento das unidades a serem produzidas nas Zeis. As Zeis 1, 2, 3 e 4 foram reformuladas, de modo que 60% delas serão destinadas à população de até 3 salários mínimos, garantindo, assim, que um número maior de moradias sejam destinadas à população mais pobre da cidade. Foi criada também uma nova categoria – as Zeis 5 – para atender a população de renda média baixa, hoje com poucas alternativas no mercado formal da moradia.

Zeis na periferia e no centro

Com o novo Plano Diretor, as Zeis foram demarcadas em áreas com assentamentos precários e informais, como favelas, que precisam ser urbanizadas com abertura de vias e complementação de infraestrutura e regularizadas do ponto de vista fundiário.

Assim, essas áreas irão garantir moradia com qualidade para aqueles que vivem nessas regiões, que poderão ter um endereço, documento da propriedade, e ser, enfim, um bairro igual a outros da cidade.

Novas Zeis também foram demarcadas em áreas centrais, tanto em lotes ocupados por edifícios como em terrenos vazios, como nos bairros da Santa Efigênia, Pari, Brás, Campos Elíseos, e Bela Vista, e também, em bairros como o Jabaquara, na zona sul, regiões bem localizadas da cidade, que ficarão reservadas para a população de até 3 salários mínimos.

Recursos para habitação e mobilidade

Ao menos 30% dos recursos do Fundurb (Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano), que é alimentado pelos recursos da outorga onerosa pagos pelos empreendimentos que querem construir além do gratuito até o máximo permitido pela lei, será destinado ao sistema de mobilidade (transporte coletivo, cicloviário e de pedestres), enquanto que ao menos 30% serão destinados à aquisição de terrenos bem localizados para a construção de moradia popular.

Zeis e proteção ambiental

Algumas dessas áreas demarcadas como Zeis se localizam em área de proteção aos mananciais, protegida por legislação estadual. Lá existem áreas indevidamente ocupadas, que precisam ser reordenadas, e para isso é preciso demarcar como Zeis: tanto para reurbanizar e regularizar o que for possível, tanto quanto para reassentar as famílias que estão precariamente assentadas nas áreas onde isso não é permitido. Apesar de definir restrições ao uso e ocupação do solo, a legislação estadual não proíbe a construção de moradias nem a regularização fundiária e urbanização de assentamentos precários, mas estabelece locais e parâmetros para isso. As Zeis grafadas em área de proteção aos mananciais seguem estritamente a legislação estadual.

Preservação ambiental

Para preservar o que resta de áreas verdes serão ampliadas as Zepams (Zonas Especiais de Proteção Ambiental). Nas novas Zepams há projetos para construção de 164 novos parques públicos, que se somarão aos 105 existentes. Serão 82 km² de áreas verdes, quase o dobro dos 42 km² de área dos parques atuais na cidade. A proposta é criar editais para que sejam remunerados os proprietários de áreas remanescentes de mata atlântica, por meio do pagamento.

Uma nova cidade com mais espaços públicos, áreas protegidas e áreas verdes

A questão ambiental é tratada de muitas formas no plano diretor devido a sua intersectorialidade com todas as ações que acontecem na cidade. Salientamos algumas: diretrizes para a proteção de áreas com remanescentes de mata atlântica por exemplo, ampliação de áreas com potencialidade de se transformarem em parques, conservação e recuperação dos recursos hídricos e dos fundos de vale, diretrizes para áreas de proteção permanentes (APP), entre outros.

Uma ação de grande repercussão que será sentida em curto espaço de tempo é a melhoria da relação de área verde por habitante da cidade. O Plano demarcou 164 novos parques públicos, que se somarão aos 105 existentes. Serão 82 km² de áreas verdes, quase o dobro dos 42 km² de área dos parques atuais na cidade. Para que estes parques se efetivem a primeira medida tomada já tomada no plano diretor é que se tornem Zepams (Zonas Especiais de Proteção Ambiental) impedindo desde já que se construa nessas áreas.

Fundo para novos parques: chega de cidade cinza!

O Plano Diretor propõe a criação do Fundo Municipal dos Parques, destinado exclusivamente à aquisição de áreas e viabilizar a implantação de parques na cidade. O objetivo é captar recursos tanto da prefeitura quanto do setor privado e de cidadãos, numa espécie de financiamento coletivo. O fundo terá contas específicas para cada parque e para cada real doado pelas pessoas a prefeitura destinará o mesmo valor, que sairá do Fema, Fundo Municipal do Meio Ambiente.

Pagamento por serviços ambientais

Outra proposta inovadora do plano diretor é o reconhecimento de que existem ecossistemas que precisam ser conservados e seus proprietários incentivados a promoverem ações de manutenção ou recuperação. Isto porque prestam inestimáveis serviços ambientais à todos os moradores da cidade.

O Plano prevê a possibilidade da prefeitura remunerar os proprietários de imóveis urbanos ou rurais para que mantenham ou recuperem esses ecossistemas editais com recursos no FEMA – Fundo Municipal de Meio Ambiente

Cota de solidariedade

Outro instrumento de planejamento urbano e habitacional para estimular produção de habitação para baixa renda no município é a Cota de Solidariedade. Já utilizada em grandes metrópoles como Nova York, a cota cria mecanismos de contrapartida social para

cada nova construção de empreendimentos de grande porte. A proposta é que imóveis acima de 20.000 m², destinem 10% da área do próprio imóvel ou de uma área na mesma região para a implantação de moradias de interesse social, ampliando a oferta de moradias bem localizadas e visando cumprir a função social da propriedade e da cidade.

Evitar imóveis ociosos

Imóveis desocupados próximos às zonas destinadas a moradias populares e nos eixos de mobilidade, como nas Marginais e nos corredores de trem, ônibus e metrô, terão IPTU mais caro caso não cumpram sua função social. Depois de notificado e depois do prazo para que o proprietário dê destinação ao imóvel aplica-se o instrumento da edificação compulsória. Esse instrumento é usado para forçar que um terreno não fique ocioso ou subutilizado e que o proprietário o utilize apenas para especulação imobiliária. Com isso, queremos abaixar o preço dos terrenos, aumentar a produção habitacional e estimular mais a economia da cidade.

Territórios culturais

O Plano estabelece os princípios e cria dois Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem um que liga a Luz à Avenida Paulista e outro em Perus. Outras áreas em toda a cidade podem ser demarcadas como territórios culturais quando concentrarem um grande número de espaços culturais que podem ser enquadrados com ZEPEC APC (zonas especiais de preservação cultural), e concentrarem elementos urbanos e de paisagem significativos para a memória e a identidade da cidade.

Um de seus objetivos é o de resguardar locais com importância para a cultura da cidade, evitando que se percam irremediavelmente como quase aconteceu com o Cine Belas Artes, na Rua da Consolação, que foi reaberto em julho deste ano graças a um amplo mobilização da sociedade.

Plano Diretor é aprovado em segunda votação na Câmara

<http://cidadeaberta.org.br/plano-diretor-e-aprovado-em-segunda-votacao-na-camara/> - 30 de junho de 2014.

O Plano Diretor, conjunto de diretrizes que vai orientar o crescimento da cidade pelos próximos 16 anos, do qual Nabil Bonduki foi relator, foi aprovado em 2ª e definitiva discussão na tarde desta segunda-feira (30), após nove meses de debates na Câmara Municipal.

Foram 44 **votos** favoráveis e oito **contrários**, dos vereadores Andréa Matarazzo (PSDB), Aurélio Nomura (PSDB), Claudinho de Souza (PSDB), Coronel Telhada (PSDB), Floriano Pesaro (PSDB), Patrícia Bezerra (PSDB), Natalini (PV), e Toninho Vespoli (PSOL).

Após a aprovação do substitutivo, foram votadas as propostas de emendas apresentadas na quarta-feira (26) pelos vereadores. Das 117 propostas, 27 foram aprovadas em plenário.

Segundo Nabil, nenhuma delas altera substancialmente o texto do substitutivo. Ele enfatizou o amplo diálogo realizado entre os vereadores e a sociedade civil no processo de elaboração do texto. “Não é um projeto exclusivamente de uma administração, nem de um vereador, nem de um partido. É um projeto da cidade, que incorporou um conjunto amplo de propostas que vieram de todos os segmentos. Estão contempladas as várias visões presentes na cidade”, afirmou Nabil. Entre as principais propostas do Plano Diretor está a concentração do adensamento construtivo e populacional ao longo dos eixos de transporte, aproximando moradia e emprego, a criação de polos de desenvolvimento econômico nas periferias, a ampliação de áreas destinadas à moradia popular, a criação de territórios culturais e a recriação da zona rural do município.

Entenda os principais avanços da proposta de substitutivo do Plano Diretor.

A votação do Plano Diretor foi acompanhada por movimentos de habitação, cultura, meio ambiente, entre outros, que lotaram as galerias do plenário. Desde a terça-feira passada (24), integrantes do MTST fazem uma ocupação em frente à Câmara Municipal pela aprovação do projeto de lei, que criará novas áreas para moradia popular, entre outros avanços. A lei deverá ser sancionada pelo prefeito Fernando Haddad em duas ou três semanas.

Tramitação do projeto

O projeto de lei do Plano Diretor foi enviado pelo prefeito Fernando Haddad à Câmara Municipal em 26 de setembro de 2013. A proposta foi, então, submetida a debate e, após 45 audiências públicas, entre temáticas e regionais, o vereador Nabil Bonduki e sua equipe técnica analisaram o projeto do Executivo e elaboraram um substitutivo, acrescentando novas temáticas e aperfeiçoando outras. O texto final da proposta de substitutivo do Plano Diretor foi apresentado à Câmara por Nabil, em 26 de março, e submetido a novas audiências públicas, entre temáticas e regionais. Em 23 de abril, a proposta foi aprovada pelos vereadores da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e

Meio Ambiente. Em 30 de abril, foi aprovada em primeira votação, seguiu para novas audiências, recebimento de emendas foi aprovado hoje em segunda votação.

JULGAR

Em 12/08/2013 a Escola de Fé e Política Waldemar Rossi refletiu na ótica da Campanha da Fraternidade (CF) o tema da moradia com o assessor, o Prof. Luiz Antonio de Souza Amaral. Ele destacou a CF de 1993 - Onde moras? - que evidenciou a desigualdade social no campo da habitação e a organização da Pastoral da Moradia.

A metodologia da CF permite refletir e identificar as causas da desigualdade e provocar ações em vista de mudança nas causas dos problemas.

*O compromisso da Igreja com aqueles
que não tem casa é humanitário e evangélico.
É expressão da opção preferencial pelos pobres.*

A problemática da moradia é fruto do próprio modelo que temos e o incentivo à migração nos anos 70 e 80 para as grandes cidades com a promessa de melhores condições de vida e trabalho. Essas famílias se amontoaram em favelas e cortiços sem condições de saneamento básico. Essa realidade provoca a organizações de pastorais, como a Operária e de Movimentos como Saúde e Moradia que vão ajudando o povo a refletir criticamente sobre a realidade. Agir com clareza em pequenos passos, mas passos seguros em vista da transformação proposta no Evangelho (www.pastoralfp.com).

Habitação “população em situação de rua”

Diz-se que o fenômeno população em situação de rua está na contramão da sociedade capitalista e com fatores que a determinam. A rua mudou bastante nos últimos tempos. As pessoas que ocupam os lugares públicos, ruas, praças, terrenos e imóveis abandonados, não são mais o andarilho ou mendigo que pedem esmola. São trabalhadores desempregados ou subempregados que se aliam a outros que perderam tudo e muitos que sem esperança, aguardam respeito e cuidado. O déficit habitacional e ao mesmo tempo, o grande contingente de pessoas a procura de uma vida melhor, migram às grandes cidades e sem recursos não conseguem nem voltar a seus lugares de origem. Quando se anda na

cidade de São Paulo com os olhos abertos e sem medo de ver a miséria, percebe-se o absurdo de pessoas que vivem nas ruas.

O que precisamos é pensar nas perdas que tiveram. Foram expropriados da terra, explorados no trabalho e sem direitos assegurados. As negativas constantes e a alienação anulam a identidade e fazem com que essas pessoas se tornem indivíduos que não moram. Já não são cidadãos, e sim descartados pelo sistema. A vida na rua é misteriosa, a miséria está nos semáforos, praças, viadutos, buracos e até tubos de esgoto. A miséria não está só nos tempos modernos, mas faz parte da história. Essa mesma miséria que esta nas favelas, vilas e cortiços, invadiu as ruas e praças da cidade. Cresce a ruptura da família (alimentada) pela miséria e fome, como resultado perde-se a autoestima com menores e maiores de idade, no uso e tráfico de drogas, alcoolismo, prostituição e violência. A falta de bens materiais faz com se negue a cidadania, dignidade e o ético espiritual. O *apartheid* social cresce e amplia o contingente de excluídos.

Vivemos em cidades que constroem torres, centros comerciais, fazem negócios imobiliários e grandes estádios, mas abandonam seres humanos nas mais remotas periferias. Como se viu no caso de Pinheirinho, famílias foram desalojadas com máquinas destruindo suas casas e policiais com truculência descomunal agredindo a todos. Essa é a vida, se é que pode chamar de vida. “POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA”. (Livro um olhar sobre a exclusão Rev. Alcides Alexandre de Barros, pastor metodista).

AGIR

Pastoral da Moradia

Objetivo geral:

Evangelizar a cidade de São Paulo a partir dos direitos de moradia e habitat. Para tanto, testemunhar Jesus Cristo com ações solidárias e transformadoras na luta por moradia digna, em união com as Comunidades eclesiais e os movimentos populares.

Objetivos específicos:

- ∅ Preparar agentes para trabalhar com os sem-teto, moradores de rua, etc.
- ∅ Reunir as pessoas sem moradia própria, a fim de conscientizá-los do direito moradia.
- ∅ Preparar encontros com os agentes de Pastoral da Região para uma maior reflexão sobre o tema: “moradia, direito de todos” e possíveis encaminhamentos.

- ∅ Descobrir caminhos de reivindicação junto aos órgãos públicos para conquistar a moradia.
- ∅ Acompanhar as legislações federais, estaduais e municipais referentes à moradia.
- ∅ Ser presença solidária e crítica junto aos movimentos populares de moradia.
- ∅ Acompanhar os momentos fortes de luta por moradia, com passeatas, ocupações, caravanas, levando a mensagem da Igreja e do Evangelho.
- ∅ Orientar celebrações ecumênicas e gestos de gratuidade e partilha sobre o tema moradia, como sinais de esperança junto às paróquias e comunidades.

Fonte: (<http://www.regiaolapa.org.br>)

Políticas de Atendimento ao Morador de Rua

No início de 2013, a diretoria do **Centro Santo Dias de Direitos Humanos (CSD)** recebeu, nas dependências da Cúria Metropolitana, o secretário Rodrigo Garcia, da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado, a secretária Luciana Temer, recém-nomeada pelo prefeito Haddad para a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, membros do Ministério Público de São Paulo que acompanham a ação do governo na região da Cracolândia, Padre Júlio Lancelotti do Vicariato do Povo de Rua, membros da Pastoral do Menor e o assessor Pedro Abramovay, para refletir sobre a situação dos moradores de rua, da região da Luz.

Os debates aconteceram a partir de duas principais preocupações do CSD:

- A necessidade de institucionalizar uma política pública para o atendimento ao morador de rua usuário de droga, política que relacione o atendimento primário: isto é o contato com o usuário e o convite para o tratamento, o atendimento seguinte, isto é, o acompanhamento do processo de desintoxicação com todos os cuidados médicos e sociais que este processo exige, e finalmente o acompanhamento desta pessoa, até que encontre possibilidade de moradia, trabalho, emprego, convivência social.
- A internação dos usuários de droga. O secretário Rodrigo Garcia expôs o trabalho da Missão Belém, que em convênio assinado com a Secretaria, em dezembro de 2012, contratou 56 ex-viciados para contatar moradores de rua usuários de drogas e, por meio de conversa e amizade, fazer o convite para acolhimento e tratamento nas casas da Missão Belém, entidade católica dirigida pelo padre Gian Pietro.



Trabalho de longo prazo, os presentes consideraram a necessidade de parcerias entre as diversas secretarias e as entidades que atendem os usuários, de modo a prever leitos hospitalares, vagas em centros de tratamento, atendimento social que resolva o problema da moradia e do emprego, permitindo uma nova convivência para o antigo usuário de droga.

Especialista no tema, Pedro Abramovay descartou, com base em estudos realizados no Brasil e no exterior, a internação obrigatória de usuários como foco principal de uma política pública de atendimento ao usuário de droga, morador de rua. Foi acompanhado neste entendimento pelos presentes que, em seus depoimentos, reforçaram a absoluta inutilidade deste tipo de internação, o fracasso da experiência neste sentido que acontece no Rio de Janeiro e a violência que representa contra a dignidade do ser humano.

Abramovay também deixou claro que há disponibilidade de verba do governo federal para uma atuação significativa junto aos moradores de rua, principalmente aos usuários de drogas, bastando para isso que as secretarias municipais e estaduais apresentem seus projetos.

A necessidade de um comitê, abrigado preferencialmente junto às secretarias de assistência social, articulando diversas secretarias e coordenando as ações necessárias ao atendimento de médio e longo prazo, realizando trabalho conjunto entre a União, o Estado e o Município e entidades da sociedade, até a completa possibilidade de convivência social da pessoa, foi conclusão unânime entre os participantes do encontro.

Os seguintes pontos também foram consenso:

- No atendimento ao morador de rua o fundamental é o contato pessoal, a convivência, a perseverança e a esperança na capacidade do ser humano de se redescobrir na sua dignidade.

- O atendimento ao morador de rua é um trabalho emergencial e exige ações também emergenciais, isto é, que não fiquem a espera de decisões da burocracia estatal.
- O atendimento ao morador de rua é um trabalho a médio e longo prazo. Não se pode esperar resultados imediatos.
- O atendimento ao morador de rua usuário de crack não pode ter como foco principal a internação. Quando houver necessidade de internação, esta será sempre de caráter voluntário. Internação compulsória, obrigatória, não pode ser jamais, prioridade de política pública de atendimento ao drogadito.
- O atendimento ao morador de rua não pode se concentrar apenas na região da Luz: é preciso uma expansão desse atendimento para todas as regiões da cidade, inclusive para outros municípios da região metropolitana de SP.
- O atendimento ao morador de rua é um trabalho social e a polícia militar não deve participar de abordagens.
- No atendimento ao morador de rua o papel da polícia militar e da guarda municipal limita-se a função policial: presença preventiva, à distância, visando cuidar da segurança dos moradores de rua e dos agentes que trabalham na rua.
- No atendimento aos moradores de rua há experiências exitosas que precisam ser estudadas, verificando se a possibilidade de serem aplicadas na cidade de SP.
- No atendimento ao morador de rua, por exemplo, naquele realizado nas Tendas instaladas na região da Luz, as secretarias de Assistência Social, Saúde, Habitação e Trabalho devem atuar integradas às entidades sociais.
- Para os presentes ficou a constatação de que a grande imprensa, jornais, rádios e televisão, reflete e reforça a cultura higienista e policial em relação ao morador de rua e ao usuário de droga, mentalidade presente na sociedade e no Estado.

Para nós cristãos e cristãs que professamos nossa fé em Deus Pai que nos ama e nos faz irmãos e irmãs de Jesus Cristo, permanece a pergunta: O que estamos fazendo para mudar esta mentalidade que enxerga o morador de rua como um caso de polícia? Esse questionamento foi feito por Caci Amaral, Coordenadora da Pastoral Fé e Política da Arquidiocese de São Paulo, ao relatar este encontro na Rádio 9 de Julho (www.pastoralfp.com).

Na cidade de São Paulo, várias entidades se organizaram em Agosto / 2014 para uma manifestação de repúdio.

Manifesto em Defesa da Moradia Digna e por um Judiciário que esteja ao lado dos excluídos/as e não ao lado dos especuladores imobiliários

As Entidades que lutam por moradia na cidade de São Paulo vêm a público manifestar seu veemente repúdio à intensa agenda de reintegrações de posses, despejos e remoções forçadas em imóveis ocupados pelos Movimentos Sem Teto no centro na periferia de São Paulo de São Paulo.

Consideramos que a enorme quantidade de reintegrações de posse no centro e na periferia de São Paulo está associada a, pelo menos, três fatores:

1. A enorme dificuldade do Poder Público municipal, estadual e federal em levar a frente um programa de habitações populares para famílias de baixa renda no centro da cidade de São Paulo agravada pela: i) lentidão na desapropriação de prédios vazios para transformá-los em moradia social, ii) morosidade falta de vontade política, abandono dos programas de locação social e parceria social e, iii) desarticulação entre os governos para combinar os recursos do programa Minha Casa, Minha Vida com recursos estaduais e municipais, na viabilização dos projetos.
2. A insensibilidade de grande parte Poder Judiciário de São Paulo em sua forma de atuação frente aos conflitos fundiários e na garantia da posse para famílias pobres e vulneráveis, desrespeitando a Constituição Federal. A falta de compreensão da legislação internacional e nacional no que se refere ao Direito à Moradia e Prevenção/Mediação de conflitos ou simplesmente por Juízes que, de forma parcial, se colocam sempre ao lado dos autores das ações sem respeitar os direitos dos ocupantes.
3. Especulação Imobiliária com alto custo dos aluguéis nas periferias distantes ou nos cortiços do Centro de São Paulo, onde as famílias chegam a comprometer mais de 70% de sua renda com pagamento de aluguéis. Se pessoa pagar o aluguel, fica sem comer e se comer, não consegue pagar o aluguel!

Entendemos que a propriedade deve atender sua função social, ter destinação e uso, o que coloca no centro da agenda a moradia adequada para os pobres urbanos. E, quando os governos não garantem o direito à Moradia, é fundamental que o judiciário atue no sentido

de garantir estes direitos, evitando que famílias de baixa renda sejam colocadas na rua com uso de força policial e sendo criminalizadas por sua condição social.

Nos casos de conflitos pela posse, cabe ao Juiz, no mínimo, ouvir as famílias posseiras para que os atingidos possam apresentar suas razões. Cabe ainda ao Juiz, atuar como mediador do conflito, e não como geralmente ocorre, sendo um aliado de primeira hora do proprietário.

Todos nós sabemos que no Brasil a terra sempre foi concentrada nas mãos de poucas pessoas e, desde a colonização, a terra que foi roubada dos povos originários nunca foi repartida entre os mais pobres. Em nosso país nunca houve uma reforma agrária ou urbana.

A cidade de São Paulo possui milhares de imóveis vazios e abandonados que não cumprem a sua função social, sendo apenas utilizados, há anos, para especulação imobiliária. Assim, o povo pobre não aguenta mais esperar uma solução do Poder Público, quando o déficit habitacional em São Paulo é de quase um milhão de moradias e há milhões de pessoas vivendo em cortiços, favelas e ocupações.

No Centro de São Paulo, há pelo menos 100 imóveis ocupados e outras centenas na periferia da cidade. Assim, nenhuma autoridade pode ficar indiferente e tratar este problema social como caso de polícia.

É um absurdo que a maioria das mediações e negociações relativas a prazos e metodologias logísticas para cumprimento dos mandados ocorram nos batalhões da polícia militar, quando seria muito mais razoável que ocorressem na mesa dos Juízes, que possuem, em tese, conhecimento dos fatos e do processo, preparo e atribuição legal para conduzir estas mediações.

Os Movimentos de Moradia do Centro e da Periferia de São Paulo exigem um pacto em torno do direito à moradia em São Paulo. Que Judiciário assumira seu dever de observar os direitos dos pobres, punindo os especuladores e não as famílias sem teto. **Juiz ponha o pé no chão e não favoreça a especulação. Justiça Para Quem? Chega de Reintegrações de Posse e Despejos Forçados em Imóveis que não cumprem a sua função Social.**

São Paulo, 05 de Agosto de 2014.

Central de Movimentos Populares - Frente de Luta Por Moradia – União dos Movimentos de Moradia - Unificação das Lutas dos Cortiços e Moradia – ULCM - Movimento Sem Teto Centro – MSTC – Movimento de Moradia Para Todos – MMPT – Movimento de Moradia da Região Centro – MMRC – Grupo de Articulação para Conquista da Moradia para os Idosos da Capital – Garmic - Movimento de Moradia do Jardim Ipanema – Associação Comunitária de Moradores na Luta Por Justiça – Associação Conde São Joaquim – Movimento de Moradia da Cidade de São Paulo – MMC - Movimento Sem Teto pela Reforma Urbana – MSTRU/FLM - Associação Sem Teto do Centro ASTC- Terra de Nossa Gente – TNG – Movimento de Defesa do Favelado – MDF – Movimento Lutar e Vencer – MLTV – Movimento Sem Teto da Zona Norte – MSTRN – Fórum de Moradia e Meio Ambiente de São Paulo – FOMAESP – Movimento Independente de Moradia de Vila Maria – MIVM